



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO
RECTIFICATIVO PARA O ANO DE 2010**

PARLAMENTO NACIONAL

22 de Junho de 2010

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Distintos Membros do Governo

Senhoras e Senhores,

O Orçamento de Estado Rectificativo para 2010, que o Governo apresenta hoje para consideração dos Distintos Deputados, vem destacar a **confiança na conjuntura actual que se vive em Timor-Leste** e materializar essa confiança num instrumento útil e oportuno para preparar o País para os desafios do futuro.

Esta revisão orçamental faz parte de um contexto mais amplo de transformação e mudança que este Governo tem vindo a inculcar à sociedade timorense, já que tem um objectivo mais expressivo do que a alteração das receitas e despesas para este ano.

No período que se fecha, de 2000 a 2010, enfrentámos o grande desafio de construção dos alicerces do Estado, através do estabelecimento gradual e capacitação constante das nossas instituições democráticas, incluindo a máquina técnico-burocrata do Estado.

Temos todos que concordar que orientámos, nesta primeira fase, os nossos esforços na estabilidade política e social.

Este deve ser o pensamento que conduz as nossas análises, sem perdermos de vista, como é óbvio, todos os outros sectores que beneficiam deste ambiente de confiança em que vive a sociedade timorense.

Se não houver uma percepção real das etapas e fases do desenvolvimento do processo de construção do Estado, caímos no erro de não identificarmos, com objectividade, a correlação entre os desafios que se colocam e a busca de soluções, de forma ordenada e atempada.

Se continuarmos confusos na formulação das ideias, sem percebermos a realidade complexa do País, será difícil implementar um programa de desenvolvimento que resulte. Se continuarmos a achar que tudo é importante, na mesma medida, com o mesmo rigor e com

a mesma exigência e urgência, acabamos por nos perder na complexa teia de necessidades e prioridades.

A construção do País é um processo complexo, iniciado no tempo do Governo de Transição e continuado pelo I ao IV Governo Constitucional, e o mote, que criámos no ano passado, “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”, procurou apenas ilustrar a resolução das nossas querelas internas e tentou consubstanciar a nossa vontade de, enquanto Nação, estarmos empenhados na criação de novas esperanças no futuro.

Distintos Deputados
Senhoras e senhores,

Estamos no início de uma nova década que poderá ser, do ponto de vista sócio-económico, o ponto de partida para a afirmação do País e para sairmos, como Povo e como Nação, da mórbida situação de LDC (Países Menos Desenvolvidos).

Após quase três anos de governação constatámos, na prática de programação e implementação, a relação dinâmica entre o investimento público e o crescimento económico e entre o investimento público e a paz e a estabilidade.

Neste sentido, **não pode existir margem para a hesitação!** Antes pelo contrário, é o momento certo para continuarmos determinados nas nossas opções políticas e nas acções concretas que se realizaram, capitalizando os sucessos obtidos até à data e investindo, ainda mais, para o bem colectivo da Nação.

Eu sei, Distintos Deputados, que existem reservas quanto à necessidade de, no meio do ano, vírmos apresentar um aumento adicional ao Orçamento do Estado de 2010.

E penso perceber que essas reservas se baseiam essencialmente nos seguintes pontos:

- Os motivos, ou nos termos muito utilizados aqui, a justificação dos motivos;
- A perspectiva de execução orçamental deste ano;
- A sustentabilidade e o retorno do investimento público proveniente da transferência excedendo o Rendimento Sustentável Estimado.

I. Os Motivos

Ainda não foi inventada nenhuma outra fórmula de sucesso para a paz e para o crescimento económico de um País, pobre e de pós-conflito, senão o investimento público, ponderado e estratégico, para benefício do seu Povo.

O investimento público é todo o dinheiro que é investido pelo Estado, no pagamento de pensões aos veteranos e assistência social aos grupos vulneráveis, como os idosos, mulheres e crianças em situação de risco, vítimas de desastres naturais ou de crises (como o caso dos deslocados internos). O investimento público é ainda tudo o que gastamos com a saúde, educação, agricultura, infra-estruturas, cultura e desporto, o que investimos nos programas de criação de emprego, de formação profissional e atribuição de bolsas de estudo.

É o investimento público que nos permite assegurar a paz e a estabilidade do País, resolvendo os problemas/consequências das crises do passado e prevenindo novas crises, apresentando soluções concretas para melhorar as condições de vida dos timorenses.

Foi o investimento público que possibilitou que este Governo repusesse a estabilidade e a segurança no País, devolvendo a confiança das pessoas nas Instituições do Estado; pessoas estas já bastante martirizadas por anos de guerra e traumas e que merecem agora ver melhorias reais na sua qualidade de vida.

Foi ainda o investimento público que permitiu o crescimento nas nossas vilas e nos nossos distritos; a criação de novos empregos e a melhoria da produtividade agrícola; o crescimento da nossa indústria do turismo; a construção de casas, estradas, escolas e clínicas de saúde; a abertura de lojas e pequenos negócios e o aumento do poder de compra dos timorenses.

Estes progressos não foram alcançados sem investimento. **Timor-Leste precisa de investir mais e mais, se quer criar emprego e oferecer melhores condições de vida para o seu Povo.**

A razão de ser deste Orçamento Rectificativo é porque queremos já multiplicar os resultados concretos e mensuráveis que alcançamos nestes últimos dois anos, **recolocando Timor-**

Leste na cena internacional como um País que está a dar provas de que é possível vencer a pobreza e as suas vulnerabilidades inerentes.

Por tudo o que foi dito, este orçamento deve ser olhado de duas formas: de uma forma retrospectiva, aquilo que foi e está a ser feito; e outra com perspectiva para o futuro. Este é um processo de dar resposta às necessidades mais imediatas, ao mesmo tempo em que se lançam as condições para, naquilo que é possível fazer já, melhorar o futuro. Porquê esperar se com este rectificativo:

1. O Governo irá continuar a fortalecer o sector privado timorense

Implementando obras locais, com financiamento público, através do **Pacote de Desenvolvimento Descentralizado**, onde serão usados **\$31.4 milhões** provenientes de transferências de ministérios operacionais para a adjudicação de obras de construção civil até ao valor de 250.000 dólares a empresas locais, sediadas nos sub-distritos.

Este é um processo gradual de capacitação de empresas e das próprias comunidades locais que terão um papel vital a desempenhar na identificação e implementação destes projectos, garantindo a prestação de serviços mais profissionais e de qualidade, contribuindo também já para a capacitação das futuras Câmaras Municipais.

Esta estratégia tem a tripla vantagem de fomentar a criação de emprego, desenvolver a economia e melhorar as infra-estruturas básicas.

Será investido ainda um total de **5,5 milhões** para demolir edifícios e outras construções degradadas por todo o território de Timor-Leste, com o objectivo de futura renovação e embelezamento e para inculcar uma maior responsabilização na sociedade que, certamente, terá orgulho em conservar o património nacional.

Serão ainda atribuídos **3,5 milhões** para apoiar o estabelecimento de uma nova Diocese em Maliana e a renovação de Igrejas nos distritos.

2. O Governo continuará a investir estrategicamente nas Infra-estruturas

Alocando **10 milhões** para a compra de geradores para Comoro, dando resposta à procura cada vez maior de electricidade em Díli, e **17 milhões** para a melhoria do sistema de transmissão de electricidade em todo o País.

Propõe-se ainda uma verba adicional de **4,5 milhões** para financiar a construção de estradas e **2 milhões** para a primeira fase da reconstrução da pista do Aeroporto de Díli.

3. O Governo irá continuar a garantir a Segurança Alimentar

Com uma verba adicional de **17,5 milhões** para a compra, armazenamento e distribuição de arroz em todo o País, não deixando de investir fortemente na produtividade agrícola para reduzir a médio-prazo a importação de arroz.

Assim, **1,16 milhões** serão afectados para combustível para tractores agrícolas, compra de tractores manuais, materiais para controlo de pragas, equipamento agrícola e maquinaria pesada e, também, para a compra de sementes.

4. O Governo continua a investir na Justiça

Através da construção de um novo edifício de trabalho para a Procuradoria-Geral da República, com um custo de **1,4 milhões** de dólares.

5. O Governo continuará a dar prioridade à Boa Governação

O investimento de **7,3 milhões** no desenvolvimento de um sistema integrado e transparente de gestão financeira contribuirá para melhorar a conectividade entre os órgãos do Estado e melhorias ao nível da gestão de sistemas.

Serão ainda alocados **1,5 milhões** para a obtenção de pareceres internacionais relativos aos investimentos estratégicos do Fundo Petrolífero, de forma a garantir o rigor jurídico na gestão e análise de contratos financeiros de grande dimensão.

Integrado na visão estratégica do Governo, de beneficiar ao máximo dos recursos petrolíferos, foi encomendado um estudo que já demonstrou a viabilidade técnica do

gasoduto do Greater Sunrise para Timor-Leste. Esta iniciativa merece um investimento de **3 milhões** de dólares, associado ao pagamento de especialistas que irão efectuar estudos em Beço.

6. O Governo irá reforçar a Segurança Pública

Através da construção de uma caserna para a Componente Naval e das docas em Hera, necessárias para os novos Navios Patrulha, com um investimento de **8,35 milhões**. Esta medida terá retornos económicos a curto prazo, considerando a protecção marítima dos recursos naturais de Timor-Leste, para além de salvaguardar a Soberania Nacional, cujo retorno é imensurável.

7. O Governo continuará a apostar e a investir no desenvolvimento do Capital Humano e Bem-Estar dos Timorenses

Através de bolsas de estudo adicionais a alunos timorenses, com um valor total de **1,5 milhões**. Serão igualmente providenciados **1,9 milhões** de dólares para cobrir as despesas de alunos timorenses a estudar em Cuba.

O Governo irá investir ainda mais em serviços de saúde, incluindo a formação adicional para profissionais deste sector, aquisição de equipamentos médicos e apoio a postos de saúde comunitários. Serão igualmente providenciados fundos para pagamento de especialistas e médicos internacionais e possibilitar o tratamento médico no estrangeiro.

Haverá um maior investimento na educação, nomeadamente através de uma verba adicional superior a **4,8 milhões** com o programa de alimentação escolar, o programa de idiomas nativos e o subsídio de transporte escolar. Serão ainda construídas novas Escolas de Referência em quatro regiões (Oecusse, Maliana, Manufahi e Baucau), com um custo de **1,2 milhões** de dólares.

Finalmente, serão efectuados pagamentos adicionais para reduzir a pobreza e reconhecer o sacrifício dos Combatentes da Luta da Libertação Nacional. Assim, e de acordo com a Lei, serão investidos cerca de **25,5 milhões** em pensões a veteranos.

Estes Combatentes que foram os principais obreiros da construção de Timor-Leste, que resistiram a 24 anos de luta, que esperaram 10 anos para verem ser construído um Estado de Direito, onde são reconhecidos pelos serviços prestados à Pátria, têm ainda que aguardar pela verificação de dados para o pagamento de pensões. Parte deste processo foi agora concluído no primeiro semestre de 2010, não havendo razão para não iniciar já o pagamento das suas pensões, em vez de fazê-los esperar por mais 6 meses.

Vamos ainda continuar, encerrando o processo, a resolver os casos pendentes relativos aos Deslocados Internos, com um investimento de **4 milhões** de dólares americanos.

Senhoras e Senhores,

Temos bons motivos para reforçar o investimento público agora: vivemos um período de paz duradoura; gozamos de plena soberania; temos as estruturas políticas a funcionar e empenhadas no desenvolvimento nacional; encetámos reformas cruciais no sector legislativo e na administração pública; e aumentámos a taxa de crescimento económico para uma média de dois dígitos, no mais improvável dos contextos de crise económica mundial.

Por outro lado, e porque no mundo globalizado de hoje não nos podemos dissociar da agenda internacional, é reconfortante saber que estamos situados na região do mundo considerada actualmente como a economicamente mais dinâmica.

Com efeito a Ásia é, neste momento, o centro do crescimento económico e continuará a ser, presumivelmente, por mais quinze anos, o centro da economia mundial, como comprova a economia emergente da China e da Índia e o sucesso dos países da ASEAN.

Para além disso, a crise económica mundial que ocorreu em 2008/2009, em particular nos países ricos, que são os que puxam pelas restantes economias, teve efeitos sobre o crescimento do PIB, as contas públicas e os défices externos de todos os países, mas não afectou Timor-Leste.

Podemos ainda somar a este cenário promissor o facto das economias dos nossos países vizinhos já terem dado sinais de retoma da crise, ao mesmo tempo que os preços médios do petróleo registaram um aumento, quando comparado com o ano de 2009.

Tudo isto, senhoras e senhores, **são boas notícias para Timor-Leste! Tudo isto são oportunidades que justificam os nossos motivos.**

II. A perspectiva de execução orçamental para 2010

Graças ao investimento público, em 2008 Timor-Leste foi classificado como tendo a segunda economia com maior crescimento em todo o mundo, atrás apenas do Qatar, com uma taxa de crescimento de 12.8%, apesar da crise financeira global.

Para 2009, segundo as estimativas preliminares, é de 12.2%. Isto é fruto do investimento público e das reformas iniciadas na Administração Pública e, em especial, no Ministério das Finanças, que têm vindo a melhorar significativamente os seus sistemas e procedimentos, assim como a efectuar uma maior descentralização e respectiva responsabilização nas áreas do orçamento, aprovisionamento e tesouro, para as linhas ministeriais.

Isto teve como resultado a eficiência dos gastos públicos e melhores taxas de execução orçamental, que no ano passado foi de 89%.

Aliás, a taxa de execução orçamental tem vindo a melhorar extraordinariamente desde 2007, sendo que a execução orçamental só na categoria de capital de desenvolvimento, entre 2006 a 2009, teve um aumento de 1.350%.

Para o ano de 2010, a previsão de execução do orçamento é de 95%. Isto é um desafio acrescido considerando as reformas que estão a ser implementadas no sistema de aprovisionamento, cujo processo de implementação foi transferido do Ministério das Finanças para o Gabinete do Vice-Primeiro Ministro para os Assuntos de Gestão da Administração do Estado.

III. A sustentabilidade e o retorno do investimento público proveniente da transferência excedendo o Rendimento Sustentável Estimado

Para financiar o desenvolvimento nacional teremos que recorrer à transferência de verbas do Fundo Petrolífero, que excedem os Rendimentos Sustentáveis Estimados, cabendo-nos agora justificar o interesse, a longo prazo, desta decisão.

Porque é que este Governo defende a utilização do Fundo Petrolífero, em vez de assumir uma posição conservadora e demasiado prudente relativamente aos fundos investidos actualmente, e somente, em títulos do tesouro americano?

Porque este Governo considera que os retornos económicos e sociais resultantes da Paz e da Estabilidade Nacional são o melhor investimento que podemos continuar a fazer e porque já provámos que a Paz e a Estabilidade alcançada têm conduzido ao crescimento económico sustentável.

Existe, no entanto, na nossa sociedade, uma visão muito redutora daquilo que é considerado retorno económico, ou melhor, existe muita ansiedade em quantificar já esse mesmo retorno económico.

Temos que quebrar o conceito de retorno económico. Enquanto País do LDC, aliás o mais jovem deste grupo, não podemos usar este conceito do seu ponto de vista exclusivamente teórico.

Ainda não temos indústria, ainda não temos um sistema de emprego permanente e ainda não temos uma balança equilibrada de importações versus exportações, razão pela qual, portando, temos que abordar o tema do retorno económico de uma forma mais abrangente.

O retorno tem que ser medido sob o ponto de vista económico e **social** e isto leva-nos a ter que usar métodos mais qualitativos do que quantitativos. Por exemplo, ainda relativamente ao caso das importações, que à primeira vista tem um saldo bastante negativo, se pensarmos melhor, o facto de o Estado ter poder de compra para importar bens essenciais, nomeadamente arroz, tem antes pelo contrário efeitos muito positivos para o País – retira o nosso Povo da fome e garante a estabilidade social.

Quando em 2008 assistimos ao aumento dos preços dos cereias, sobretudo do arroz, além da instabilidade social verificada em vários países foram também empurrados para a pobreza cerca de 100 milhões de pessoas. Isto não aconteceu em Timor-Leste.

Continuar a garantir a segurança alimentar ao mesmo tempo que investimos na produtividade agrícola, é de momento a única opção que temos para o País.

O retorno não pode ser, por isso, orientado nas teorias macro ou micro económicas utilizadas nos países desenvolvidos, mas antes adaptado à nossa realidade. Não podemos, nem devemos, usar somente terminologias académicas na análise do nosso processo de desenvolvimento.

Infelizmente a história, não só a de Timor-Leste mas também a de outros países, demonstram que o desenvolvimento sustentável não se alcança em meia dúzia de anos, pode levar décadas e para alguns países tal nunca chega a acontecer – o que certamente não é o que desejamos para o nosso País!

O Orçamento rectificativo faz parte de um processo que iniciámos em 2007 de “arrumar a casa”, para possibilitar o arranque do crescimento económico. Sabemos que países em situação como a nossa, de pobreza e fragilidade, levam pelo menos 10 anos para sair do pós-conflito e 59 anos transitar de um nível de rendimento baixo para o rendimento médio.

Só alguns casos, os considerados de sucesso, ou melhor “milagres económicos”, é que conseguem alcançar progressos em cerca de 25 a 30 anos. Este é o exemplo que queremos seguir. Se podermos alcançar o desenvolvimento em 25 anos, porquê esperar por 59 anos?

Não há razões plausíveis que nos façam esperar mais do que o tempo considerado necessário, sobretudo quando apenas com 8 anos de existência já estamos melhor colocados que alguns países com 40/50/60 anos de independência e construção do Estado, que ainda nem conseguiram atingir os mesmos progressos que nós.

Temos que ter uma visão de futuro se não quisermos perder para sempre a oportunidade de fazer parte do pequeno grupo de países de sucesso que souberam usar os meios que tinham disponíveis para desenvolver o País. Adiar no tempo nunca pode ser a opção mais correcta.

Se as necessidades do País recomendam um crescimento económico rápido e sustentável, necessitamos de investir nos programas já iniciados e em novos programas. E, para isso, há a necessidade de desbloquear a política errada das “poupanças”, investindo da melhor forma as receitas na população actual, “pais, mães e irmãos” das gerações futuras.

Utilizemos essas receitas ou essa riqueza nacional para desenvolver a Nação! Com prudência e sem esbanjamentos, ou seja, com eficácia e responsabilidade.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

A política cuidadosa em relação ao Fundo Petrolífero serviu os interesses da Nação quando o País ainda dependia quase exclusivamente da boa vontade dos nossos Parceiros de Desenvolvimento para sustentar a despesa pública e investir no desenvolvimento do País.

Mas, passados cinco anos, o nosso Fundo Petrolífero, a 31 de Dezembro de 2009, registou um saldo de \$5,377 milhões de dólares, mais \$107 milhões de dólares em relação à estimativa feita no Orçamento para 2010; o que é proporcional ao preço real médio do petróleo em 2009, que foi de \$62 dólares por barril, \$2 dólares acima da estimativa feita no Orçamento.

Por outro lado, o preço médio do petróleo cotado pela WTI, durante os primeiros quatro meses de 2010, foi de \$80 dólares. No final de Maio de 2010 o preço estava em \$74 dólares por barril. Então, na verdade, nos primeiros quatro meses de 2010, as receitas do petróleo foram de \$651 milhões de dólares, ou seja, \$162.750 milhões de dólares por mês.

Sendo que o retorno do investimento líquido foi de \$67 milhões de dólares americanos, o saldo final, no final de Abril de 2010, foi de \$5,945 milhões. Assim, porque o preço do petróleo é maior do que o esperado, houve um aumento de 450 milhões de dólares das receitas petrolíferas estimadas.

Então, nós acreditamos que a proposta descrita no orçamento suplementar não é só imperativa para subsidiar as nossas despesas para 2010 mas é, também, apoiada por um forte histórico fiscal que pode justificar as despesas adicionais.

Assim, Senhoras e Senhores, passados cinco anos, podemos concluir que se queremos efectivamente desenvolver a Nação, não podemos empregar uma política demasiado castradora relativamente ao Fundo Petrolífero.

Mais, e peço especial atenção para este ponto, **a única forma de não ficarmos eternamente dependentes do Fundo é através do investimento público nos sectores produtivos e nos sectores que assegurem a estabilidade social e a segurança pública,** fundamentais para o crescimento económico sustentável.

Senhoras e senhores,

O Governo da AMP considera essencial a gestão prudente e responsável do fundo, mas considera ainda mais essencial a **responsabilidade de criar empregos.**

Este sim, é um problema crónico no nosso País e que não pode esperar ser resolvido nas próximas gerações; tem que ser resolvido já!

Desperdiçar o nosso capital humano, factor principal para o crescimento da economia, é um fracasso que este Governo não irá tolerar. Não existe Governo no mundo que não defenda a criação de emprego para que um País possa crescer em toda a sua plenitude, apesar de este ser um grande desafio.

Mas isto é retórico. Na prática, e na procura de soluções, quem deverá ser o principal motor da criação de emprego, o Governo ou o Sector Privado?

Ora, é precisamente esta mudança que se quer inculcar no País. É aqui que o Governo assume a sua responsabilidade de criar as condições necessárias para facilitar a iniciativa privada e transformar a economia numa economia mais forte e competitiva.

O Governo tem que passar a assumir um papel cada vez mais regulador e fiscalizador, criando um ambiente propício ao investimento e induzindo os empreendedores do nosso País a participarem mais no processo de desenvolvimento.

Ao Estado cabe o papel de criar as condições adequadas, porque o esforço, os obstáculos e os riscos associados ao investimento, são por vezes demasiado grandes para que o sector privado esteja verdadeiramente empenhado.

Neste sentido, o primeiro dos obstáculos ao desenvolvimento dos sectores empresarial e industrial já foi removido. Ao garantir a segurança e a estabilidade no País, o Governo deu mais confiança ao sector privado para investir.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

Considerando que o crescimento do sector privado é uma prioridade nacional e com retornos sociais e económicos evidentes, lançámos o programa **Pacote de Referendo, uma medida totalmente inovadora que permitiu, entre outras coisas, conhecer melhor e avaliar o nosso empresariado local.**

Consideramos que este programa foi um verdadeiro sucesso do ponto de vista de capacitação do nosso sector privado, que era praticamente inexistente, em especial nas zonas rurais.

Num total de 808 projectos de infra-estruturas analisados, envolvendo cerca de 720 companhias, apenas 17, ou seja 2%, ficaram mal classificados. Outros 257 projectos (32%) tiveram resultados satisfatórios, 473 (58%) ficaram classificados como bons e 61 projectos (8%) como muito bons.

E, aproveito a oportunidade para, de uma vez por todas, esclarecer a questão relativa ao Pacote do Referendo, realçando pela última vez as razões subjacentes à sua criação.

Antes de lançarmos esta iniciativa percebemos que todas as empresas estavam centralizadas em Díli, levando a duas situações:

- 1) Uma empresa que tivesse maior capacidade acabava por ganhar a maioria dos projectos e depois sub-contratar;

- 2) Existia muita dificuldade em controlar a implementação física dos projectos, porque estes, ao não serem implementados por empresas locais, não prestavam contas às comunidades, acabando por vezes por abandonarem os projectos, muitas vezes sem pagarem os salários devidos.

Neste sentido, **o Pacote do Referendo apareceu como uma decisão política atempada** para alterar esta situação, incentivando a existência de empresas locais nos subdistritos.

Quando iniciamos qualquer nova iniciativa de grande dimensão há sempre riscos e assumimos esses riscos. No que respeita ao Pacote do Referendo, sempre informei, tomando em consideração as circunstâncias e as condições em que o Sector Privado se encontrava, que estaria disponível para responder por um risco de 20%, do total, de projectos de má-qualidade.

O resultado de apenas 2% de projectos de má qualidade acaba por exceder, em muito, as expectativas. Se houve sucessos nesta iniciativa devo dizer que o maior foi o de motivar cada sub-distrito a apresentar as suas empresas locais para uma participação alargada a todo o território.

Um outro aspecto de sucesso é o ganho de consciência que os líderes locais tiveram, desde os chefes de sucos até aos administradores dos distritos, da necessidade de participarem neste processo de adjudicação de obras para um melhor controlo social, aumentando assim a responsabilização social.

Acredito que nenhum Membro do Parlamento poderá dizer que este não foi um importante avanço que o Governo impulsionou ao Sector Privado, com particularidade nas zonas rurais.

Este exercício político pode agora criar as condições para uma melhor classificação de empresas de âmbito local ou subdistrital, distrital e nacional.

Também vem permitir uma melhor qualificação em sub-tipos destas empresas.

Dado que esta iniciativa política, e repito, **atempada**, na concepção do Pacote do Referendo criou uma nova orientação nas nossas pequenas empresas que agora procuram

sediar-se nos distritos e sub-distritos, em termos políticos, e porque somos políticos, em termos da construção do Estado e em que o Sector Privado é uma componente deste mesmo Estado, não podemos parar este ânimo que se criou.

E é, neste sentido, que neste Orçamento Rectificativo surge o Pacote de Desenvolvimento Descentralizado.

Temos a obrigação moral, e mais do que moral, constitucional, de promover o nosso sector privado – de lhes dar a oportunidade de aprenderem com os seus erros e com um aumento gradual de responsabilização corrigirem o seu desempenho para progredirem e crescerem.

Quero chamar a atenção que se não tivermos uma visão ampla desta situação, e sobretudo quando se tratam de projectos de mais de 1 milhão de dólares, que nos termos da Lei obriga à abertura de um concurso público internacional, pode haver uma tendência muito negativa para o crescimento do nosso sector privado.

Este que, diga-se de passagem, está a esforçar-se para ser um qualificado parceiro do desenvolvimento do País, pode ser prejudicado pelo aparecimento de empresas internacionais, as quais, por via da obediência cega aos padrões internacionais, vão açambarcar todos estes projectos.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

Todas estas são medidas integradas, no tempo e no espaço, que permitirão os devidos retornos de redução de pobreza em Timor-Leste.

Os fundos afectados para as transferências públicas, que muitos insistem em rotular como insustentáveis por responderem apenas ao consumo imediato, têm também, no processo que é muito próprio a Timor-Leste, um impacto relevante no esforço de desenvolvimento do País. Mais do que uma medida de justiça social é, também, um importante motor de desenvolvimento económico.

Ao reconhecermos o papel fundamental dos nossos veteranos na construção da Nação, ou a beneficiar os nossos idosos e outros grupos vulneráveis, estamos também a investir no nosso capital humano, permitindo o acesso à saúde, educação e bem-estar de muitas famílias. Estamos ainda a contribuir, muitas vezes, para a criação de pequenos negócios e assim a impulsionar a economia.

Não é ainda suficiente. Não será a economia informal que retirará Timor-Leste da pobreza, mas a economia informal pode funcionar também como amortecedor na crise do desemprego. Pode ainda levar a que surjam verdadeiros empreendedores que em ocasião oportuna criam o seu próprio espaço na economia formal.

O que é fundamental é respeitar os processos internos ao nosso País e os tempos necessários. Temos que ir descobrindo as melhores políticas de desenvolvimento que se aplicam a Timor-Leste, sem alienar o Povo do seu próprio País. Assim, e por enquanto, em vez de termos o nosso Povo a depender da pobreza e da sorte – ou da má sorte – é preferível que dependa dos subsídios do Estado, que o torna muito mais independente!
Depender apenas da miséria é que é inaceitável.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados
Senhoras e Senhores,

Estou confiante que o aumento de 177.985 milhões de dólares neste Orçamento Rectificativo irá merecer a melhor atenção dos Distintos Deputados.

Neste momento, o Estado é o principal impulsionador da economia timorense, com o seu investimento público a mobilizar o desenvolvimento, mas isto não é sustentável a longo prazo. Estamos, por isso, e com mais este Orçamento, a construir o desenvolvimento das pessoas, das instituições, do sector privado.

Sem infra-estruturas, sem estabilidade social e sem empresários, não temos futuro. A beleza do nosso País ou a riqueza dos nossos recursos naturais, não serão suficientes para nos salvar da maldição a que assistimos em tantos outros países em desenvolvimento.

Se queremos transformar a nossa riqueza mineral em riqueza humana, temos que investir de forma sensata e estratégica, aproveitando, como em todo e qualquer negócio, a oportunidade certa.

A oportunidade é esta, o tempo é agora. Queremos sem demora investir no desenvolvimento sustentável porque a pobreza, essa sim, essa é que não é sustentável.

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

22 de Junho de 2010